

A IGREJA CATÓLICA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DÉCADAS DE 1970 E 1980

THE CATHOLIC CHURCH AND THE PROCESS OF CONSTITUTION OF THE LANDLESS WORKERS MOVEMENT IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL- 1970S AND 1980S

Émerson Neves da Silva¹

Endereço profissional: Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim. Rodovia ERS 135 - Km 72, 200. CEP 99700970 – ERECHIM/RS.
E-mail: emerson.silva@uffs.edu.br

João Carlos Tedesco²

Endereço Profissional: Universidade de Passo Fundo. *Campus* I, BR 285. Bairro São José, Km 292. 99052-900 PASSO FUNDO/RS.
E-mail: jctedesco@upf.br

Resumo: O presente artigo problematiza a influência da cultura religiosa e a atuação de setores progressistas da Igreja Católica na promoção de lutas sociais do campo. Analisa o papel da teologia da libertação na mediação política de conflitos sociais e gestão do MST, abordando, no estado do Rio Grande do Sul, o conflito ocorrido entre o MST e setores da Igreja Católica nas lutas do acampamento da Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni, na região centro-norte do estado gaúcho. O estudo é constituído a partir da revisão de literatura sobre o tema, bem como documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de entidades a essa vinculadas. Apresenta o processo do estabelecimento da autonomia do MST frente as lideranças religiosas a partir do conflito estabelecido, delimitando a consolidação organizativa do Movimento e as fronteiras entre as entidades vinculadas a Igreja, em especial a CPT com o MST.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. MST. Teologia da libertação.

Abstract: This article discusses the influence of religious culture and the role of progressive sectors of the Catholic Church in promoting social struggles in the countryside. It analyzes the role of liberation theology in the political mediation of social conflicts and pregnancy of the MST, addressing, in the state of Rio Grande do Sul, the conflict that occurred between the MST and sectors of the Catholic Church in the struggles of the encampment of the Encruzilhada Natalino and Fazenda Annoni, in the north-central region of the state of Rio Grande do Sul. The study consists of a literature review on the subject, as well as documents from the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) and entities linked to it. It presents the process of establishing the autonomy of the MST vis-à-vis religious leaders based on the established conflict, delimiting the organizational consolidation of the Movement and the boundaries between entities linked to the Church, especially the CPT with the MST.

Keywords: Modernization of agriculture. MST. Liberation theology.

¹ Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFF). Docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFS). Doutor em História e Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGPE/UFS).

² Professor da Universidade de Passo Fundo (RS). Docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UPF). Doutor em Ciências Sociais.

Introdução

Por quase uma década, pós-1964, o regime civil-militar no Brasil conseguiu anular, em grande parte, as ações da denominada “ala progressista” da Igreja Católica junto aos pequenos agricultores. Na realidade, os militares no poder a tiveram como aliada nas políticas assistenciais junto aos órgãos de representação de determinadas categorias, em particular, na organização sindical, cooperativista e nas esferas de mediação da informação e do conhecimento técnico via agências de modernização da agricultura de dentro e fora do país.³

A partir de meados da década de 1960, com a impossibilidade política de alteração do quadro fundiário no país, recompõe-se a aliança da propriedade da terra com vários expoentes do capital (financeiro, comercial e industrial nacional e multinacional), tendo os movimentos sociais perdido parte de sua efervescência, ainda que, é bom ressaltar, não tenham desaparecido por completo, fato que vai se manifestar de forma mais contundente a partir de meados da década de 1970.

A década de 1970, em nível de país, revelou o outro lado do “Brasil potência”,⁴ principalmente a partir da segunda metade. Os “anos de chumbo”,⁵ como foram denominados por determinados grupos sociais, mostraram a vulnerabilidade e a fragilidade do desenvolvimento econômico. A população pobre foi empobrecida mais ainda, o arrocho salarial, a carestia econômica, o desemprego, a repressão e a tortura sensibilizavam cada vez mais a oficialidade da Igreja Católica. Várias pastorais já vinham se constituindo no sentido de enfrentamento ao regime. Padres, bispos, religiosos, leigos ligados à esfera da Igreja também foram torturados, silenciados e reprimidos.⁶ Protestos existiam em todo o país; havia pressão para que a oficialidade da Igreja saísse da omissão e engrossasse a fileira dos que lutavam contra a opressão, a tortura e o cerceamento da liberdade de imprensa e dos indivíduos.⁷ Membros da Igreja Católica latino-americana tornaram-se mártires na luta social. É nesse espaço temporal de 1960 a 1980 que boa parte da oficialidade da Igreja Católica atenta para os direitos humanos e compromete-se com os oprimidos sem vez e sem voz. Consciente de que as transformações sociais e a ascensão

³ MARTINS, José de S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

⁴ GOHN, M. da G. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: vozes, 2003.

⁵ IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁶ MATOS, H. C. J. *Nossa história. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. Tomo 3 - Período republicano e atualidade.

⁷ MOURA, Antônio C. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

social dos pobres passam pelo rompimento das cadeias que escravizam não só em seu trabalho, mas também em sua consciência, a instituição religiosa começa, então, a atuar na organização deles, sempre ressaltando que essa nunca foi consensual, nem em uníssono e mesmo sem tensões e conflitos internos.⁸

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nasceram numa conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo consequente fechamento dos canais de participação política. Reagindo contra, em nome dos direitos humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEBs e às pastorais mais sujeitas à repressão policial militar. A partir do Concílio Vaticano II, em 1965, e dos encontros episcopais de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979, a Igreja Católica desenvolveu ações de maior sensibilização pelos empobrecidos do campo e das cidades. Um fator importante para isso foi a teologia da libertação. Essa foi uma corrente teológica que englobou diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir da década de 1970.⁹ Desenvolvida inicialmente na América Latina, essa teologia utilizou como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e a exclusão social à luz da fé cristã.

É nesse contexto, juntamente com o empobrecimento dos camponeses e o crescimento dos agricultores sem terra, que a Igreja começou, a partir da fundamentação bíblica, a organizá-los. Inspirada por uma leitura transformadora da realidade social em que vivem os pobres, os membros das CEBs procuraram concretizar essa nova visão atuando em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, associações de movimento, em virtude da valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista.

Os pequenos agricultores, com a palavra do padre ou do bispo, foram se conscientizando e, assim, se organizando para reivindicar seus justos direitos e espalhar os movimentos e organizações populares também no campo. O homem do campo (pequeno agricultor, boia-fria, assalariado rural, dentre outras categorias), encontrando apoio na Igreja, passou a ter uma aliada que o estimulava na busca de seus direitos.¹⁰ Foram decisivas, nesse caso, a participação e a intervenção dos cristãos nos sindicatos, procurando desenvolver uma nova configuração do sindicalismo rural presente nos primeiros anos da década de 1980. O desafio concreto e eficaz da militância política no

⁸ BEOZZO, Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil).

⁹ MOURA, op. cit., p. 33.

¹⁰ DALLAGNOL, Wilson. *Transformar a capela rural em comunidade: a Pastoral da Terra*. Caxias do Sul: Ed. S. Miguel, 1989.

meio rural levou a Igreja a uma ação pastoral que viria a se materializar naquilo que hoje chamamos de “trabalho de base”. Grupos no interior atuavam em meio aos camponeses para desenvolver algumas ações que viabilizavam a transformação da estrutura fundiária. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu com esse intuito; destacou-se nas grandes diretrizes da oficialidade da Igreja Católica por entender que, tradicionalmente, sempre foi aliada dos grandes proprietários de terra e que, por isso, não poderia facilmente assumir um compromisso com os camponeses. O início da década de 1980 foi fundamental na produção da mediação do campo eclesial na luta pela terra.

Tendo presente esse cenário complexo, contraditório, de repressão política aos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, de intensa efervescência de demandas por transformações na estrutura fundiária do país, a mediação da Igreja Católica, ainda que também refletindo processos contraditórios e conflituosos internamente, tornou-se fundamental para a constituição de um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra do país: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mesclando teologia social, simbologias, rituais e concepções de mundo, ao mesmo tempo, conservadoras, progressistas, romanizadas e populares. Com a aparição do MST, no contexto histórico do início da década de 1980, percebe-se a continuidade de uma estratégia política já conhecida da luta agrária no Brasil, a ocupação do latifúndio enquanto instrumento de mobilização social frente ao Estado.¹¹

Nesse sentido, o artigo analisa, de forma sintética e panorâmica, alguns elementos do papel desenvolvido pela Igreja Católica, por intermédio da CPT e de religiosos sem vínculos com grupos no interior da instituição, junto aos pequenos agricultores constituídos num coletivo identificado como MST. Mencionaremos de forma rápida e sem aprofundamento o acampamento da Encruzilhada Natalino e da Annoni no centro-norte do Rio Grande do Sul como expressivo e materializador desse processo histórico de luta social. Daremos ênfase a essa mediação por considerá-la de suma importância para os desdobramentos da luta social pela terra no Brasil. Dessa forma, o presente artigo visa problematizar a influência da cultura religiosa e a atuação de setores progressistas da Igreja Católica na promoção de lutas sociais do campo. O papel da teologia da libertação na mediação política de conflitos sociais e gestação do MST assentou-se na ideia de

¹¹ SIGAUD, L; ROSA, M; MACEDO, M. E. *Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 107 a 142.

preservação da vida comunitária camponesa. Conforme Zilda Grícoli Iokoi¹², o segmento progressista da Igreja Católica atuou motivado pelo contexto histórico marcado pela desagregação do campesinato na América Latina. Por outro lado, parte da institucionalidade da Igreja Católica, na conjuntura marcada pelo Regime Militar, baseando-se no Ensino Social da Igreja, contribuiu com a organização dos sem-terra.¹³

As fontes utilizadas foram revisão de literatura sobre o tema, bem como documentos da CNBB e de entidades a essa vinculadas e que atuaram no meio social, em particular, junto ao MST. O texto está estruturado primeiramente analisando alguns aspectos do macroprocesso que estruturou a modernização da agricultura no Brasil, os vários expoentes do capital a essa interligada; posteriormente como expressão contraditória no modelo anterior, analisam-se os processos que constituíram o MST, o papel da Igreja Católica e de suas entidades mediadoras, as dimensões teológicas, as estratégias de organização e constituição do movimento. No final, aborda-se a reconfiguração do movimento social, o qual se desvincula, em boa parte, da mediação da Igreja Católica e de suas entidades mediadoras mais diretas, adentrando, a partir de então, para horizontes políticos de mediação.

A internacionalização do capital e a modernização capitalista da agricultura: cenário de subalternização do pequeno agricultor

Julgamos necessário, ainda que de forma sintética e panorâmica, algumas linhas que situam o contexto do modelo que se imprimia na dinâmica do meio rural brasileiro, com intensa ênfase ao sul do Brasil, e que repercutia com muita força na exclusão e empobrecimento dos pequenos agricultores. Em meados do século XX, abre-se um novo período de “ajuste” da sociedade latino-americana às novas características da economia mundial. A partir da década de 1960, o capitalismo mundial inicia o processo de internacionalização da produção sob a “coordenação” dos Estados Unidos, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores). Nessa linha, Caio Prado Júnior analisa como o Brasil se relaciona com o processo de internacionalização do capital na obra *História econômica do Brasil*, atualizada com o texto “Post scriptum”, em 1976:

¹² IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. p. 46.

¹³ RUSCHEINSKY, Aloísio. *Terra e Política*. Rio Grande/RS: Editora da Furg, 2000.

O nosso país não ficaria à margem da tremenda ofensiva, pelo mundo afora, do capitalismo internacional mobilizado pelos grupos financeiros e monopólios, e que encontraria aqui larga e generosa acolhida graças à orientação política adotada. Os primeiros, à busca de aplicações para os excessos de liquidez proporcionada pelos eurodólares e outras fontes abundantes de capitais na época disponíveis; os outros, os monopólios, como bons negociantes, à cata de quaisquer oportunidades de novos negócios que relativamente abundavam, e, de imediato, muito bons, nas áreas do Terceiro Mundo semi-virgem ainda do progresso capitalista mais recente onde quase tudo, no nível desse progresso estava por fazer ou introduzir.¹⁴

A elite nacional brasileira, mais uma vez, efetivou um pacto com o capital internacional e, conforme conceituação de Florestan Fernandes, imprimiu uma política econômica denominada de “capitalismo dependente”, ou seja, o desenvolvimento nacional a partir da articulação de segmentos da elite nacional com o sistema monopolista internacional. Todavia, verificamos que, historicamente, essa associação não rendeu o desenvolvimento social e econômico anunciado por seus “idealizadores”, ao contrário, aprofundou as contradições sociais já existentes. De acordo com Florestan Fernandes,

[...] o subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida. Por fim, a própria ordem que lhe é inerente não consegue impor-se como um fator de equilíbrio dinâmico e de transformação intensiva.¹⁵

O Brasil, então, através da ditadura militar, forjou as condições políticas e sociais para o implemento de um novo modelo capitalista assentado no capital estrangeiro. A agricultura camponesa brasileira – na qual se subtendem pequenos agricultores, trabalhadores assalariados, posseiros, arrendatários e parceiros –, com a política agrícola dos militares, encontrou dificuldades para se manter no contexto econômico baseado na modernização da agricultura brasileira. A agricultura empresarial articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas.¹⁶

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 347.

¹⁵ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 64.

¹⁶ BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: Fidene, 1985.

O Censo Agropecuário de 1996, conforme a Tabela 1, indica que, apesar de a percentagem de 78,15% de pessoas ocupadas na agricultura serem de proprietários, as formas de produção, como arrendamento, parceria e ocupação, ainda se fazem presentes. A Tabela 2 mostra que 30,52% do pessoal ocupado possuem áreas entre dez e cinquenta hectares e 25,50% utilizam de dois a dez hectares. Conclui-se que, apesar do número significativo da condição de proprietário rural no campo brasileiro (78,15%), quando se analisa o tamanho da área, percebe-se a heterogeneidade da agricultura, ou seja, ao “lado” da grande propriedade agrícola de caráter empresarial, há estabelecimentos familiares que não são homogêneos; possuem, mesmo que os indicadores em relação ao proprietário sejam relevantes, diferenças quanto à área ocupada e, por conseguinte, distinções no tocante à produção e à inserção no mercado.

Tabela 1 - Pessoal ocupado, por condição – 1996

Ocupação	Percentual
Proprietário	78,15
Ocupante	11,99
Arrendatário	5,17
Parceiro	4,7

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Tabela 2 - Pessoal ocupado, por área – 1996

Área – hectares	Percentual
1 a menos de 2 ha	7,69
2 a menos de 10 ha	25,50
10 a menos de 50 ha	30,52
50 a menos de 100 ha	16,04
100 a menos de 200 ha	12,30
200 a menos de 1000 ha	8,30
1000 a menos de 5000 ha	2,95

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Na tabela a seguir, observa-se que o número de tratores utilizados em estabelecimentos agropecuários aumentou significativamente no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Todas as regiões registram um acréscimo relevante na utilização de tratores na lavoura. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, o crescimento do montante de máquinas é superior ao das demais regiões do país, em decorrência da concentração e intensificação da produção de soja nessas áreas.

Tabela 3 - Número de tratores em estabelecimentos agropecuários – unidade

Região \ Ano	1970	1975	1980	1985
Norte	1.127	1.733	6.295	12.052
Nordeste	7.281	15.074	38.046	41.727
Centro-Oeste	10.340	29.032	63.391	86.233
Sudeste	82.517	131.881	202.571	238.947
Sul	64.605	145.393	234.902	286.321

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

A reconversão tecnológica da agricultura brasileira, que contou com desenvolvimento do setor industrial ligado à agropecuária, foi subsidiada pelo Estado, através de incentivos fiscais e financiamentos públicos. A SUDAM, criada para modernizar a Amazônia através de grandes empreendimentos agropecuários entre 1965 e 1977, aprovou um total de 549 projetos, os quais receberam incentivos fiscais do Estado. Desse montante, 335 eram projetos relacionados à agropecuária, os demais a empreendimentos industriais, agroindustriais e de serviços básicos.¹⁷ Esse processo de modernização agrícola efetivado nas décadas de 1960 e 1970 requereu, como pré-condição para seu desenvolvimento, a eliminação dos projetos de reforma agrária e o estabelecimento do controle do Estado sobre a organização social, mantendo a estrutura fundiária, assim, inalterada.¹⁸

A área dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a Tabela 4, cresceu durante as décadas de 1970 e 1980, observando o incremento maior na região Centro-Oeste, em virtude da expansão da soja e da pecuária nessa região. A área envolvida por empreendimentos agropecuários no Centro-Oeste salta de 81.705.624 ha, em 1970, para 99.122.399 ha, em 1985. Sem dúvida, esse dado indica o relevante aumento da área utilizada pelas atividades agrícolas na região. Considerando o aumento menor das outras regiões, pode-se dizer que nas regiões Sudeste e Sul também houve aumento da área pertencente a empreendimentos agropecuários.

¹⁷ IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 75.

¹⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. n. 5. p. 51.

Tabela 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários – hectare – regiões do Brasil – 1970-1985

Região \ Ano	1970	1975	1980	1985
Sudeste	69.500.950	72.463.938	73.502.906	73.241.423
Sul	45.458.035	46.172.034	47.911.723	47.940.106
Centro-Oeste	81.705.624	93.953.658	113.436.463	99.122.399

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

No entanto, na Tabela 5 constata-se que em relação ao total de estabelecimentos agropecuários existentes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocorreu, nas décadas de 1970 e 1980, o processo inverso ao de aumento da área envolvida pelos empreendimentos agropecuários, ou seja, houve redução dos números de estabelecimentos agropecuários. Verifica-se que na região Sul, por exemplo, a redução do número de estabelecimentos de 1.274.009, em 1970, para 1.145.480, em 1985, totalizando a diminuição de 128.529 unidades, indica que houve uma concentração fundiária.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários – unidade

Região \ Ano	1970	1975	1980	1985
Sudeste	928.945	878.684	890.869	993.978
Sul	1.274.009	1.156.580	1.145.480	1.198.542
Centro-Oeste	253.132	269.365	267.748	267.337

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Observando os dados da Tabela 6, fica mais visível o processo de concentração ocorrido durante o regime civil-militar. Na região Centro-Oeste, em 1970, os estabelecimentos com tamanho de dez a cem hectares ocupavam área de 2.910.133 hectares. Em 1985, a área ocupada por esses estabelecimentos passou para 4.416.564 hectares. Ao examinar as propriedades de tamanho igual ou superior a 1.000 hectares, constata-se aumento muito superior. Em 1970, ocupavam uma área de 26.199.063 hectares. Em 1985, esse número saltou para 71.168.273 hectares, ou seja, incorporando 44.699.210 hectares ao domínio dos estabelecimentos no período de 15 anos. Esse crescimento territorial não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento do número de estabelecimentos, o que indica que houve concentração agrária. Na relação entre o aumento significativo das terras ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários e os números referentes ao crescimento dos estabelecimentos, percebe-se que o crescimento da área utilizada foi bem superior ao do

número de novos estabelecimentos, havendo, inclusive, a redução do número de estabelecimentos nas regiões Sul e Sudeste no período de 1975 a 1980.

Tabela 6 - Área dos estabelecimentos agropecuários – em hectares

Região	Ano	1970	1975	1980	1985
	Hectares				
Sudeste	10 ha a menos de 100 ha	17.014.885	16.464.101	16.267.328	17.219.016
Sudeste	1.000 ha a mais	18.444.043	20.339.560	21.660.121	20.120.308
Sul	10 ha a menos de 100 ha	17.406.966	16.775.525	16.666.521	16.563.165
Sul	1.000 ha a mais	10.627.449	1.136.695	12.037.916	11.515.513
Centro-Oeste	10 há a menos de 100 ha	2.910.133	3.616.835	3.770.693	4.416.564
Centro-Oeste	1.000 ha a mais	26.199.063	57.314.585	70.107.554	71.168.273

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1996.

Os militares protagonizaram a transição do latifúndio para a empresa rural, “descartando” a reforma agrária. Essa construção social produzida pelo Estado exigiu a transformação do latifundiário em empresário rural, justificando, dessa forma, a grande propriedade agrícola, agora sob a égide simbólica do moderno: a razão capitalista. A identidade de empresário rural é estabelecida com a colaboração da Sociedade Rural Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura. O discurso dessas entidades partia da “retórica da penalização da agricultura”, a qual consistia em afirmar que a agricultura vinha sendo prejudicada com os benefícios estatais fornecidos aos empresários industriais. Sendo assim, a ação do Estado na perspectiva da modernização agrícola e a atualização dos latifundiários convergia ao mesmo ponto: alterar o modelo agrícola sem ruptura estrutural, ou seja, manter o velho modelo fundiário baseado na grande propriedade com uma roupagem nova e considerada moderna. É nesse contexto que surge o MST e outros movimentos de pequenos agricultores como expressão contraditória desse processo considerado modernizador, mas que revelou ser excludente. A entidade constituiu-se como resposta dos camponeses ao processo de “apagamento” social ao qual foram submetidos pela política agrária promovida pelos militares no poder. A leitura bíblica inspirada na teologia da libertação contribuiu com a organização do movimento. Na medida em que se identificava com o Evangelho, postulava junto ao Estado a reforma agrária e outros direitos sociais, como, por exemplo, acesso à escola e à saúde, central nas pretensões do movimento, não mais na forma tradicional, mas a partir da incorporação de novos valores, como, por exemplo, autonomia, participação, diversidade.

A modernização agrícola introduzida pelos governos militares “desordenou” a economia e o tecido social dos grupos camponeses do sul do Brasil. O estreitamento do acesso à terra e a precarização da agricultura camponesa, em virtude da disseminação do modelo agrícola baseado na empresa agrícola moderna, acelerou o êxodo de populações rurais, desagregou a produção típica familiar e estabeleceu os projetos de colonização do Centro-Oeste e do Norte brasileiro. Nesse cenário, os sem-terra encontraram na mediação dos setores progressistas da Igreja o elemento compositor da estratégia de sobrevivência do pequeno agricultor.

Instituições mediadoras e a centralidade da Igreja Católica na década de 1970

Para Alain Touraine, os movimentos sociais originam-se basicamente dos conflitos ao redor dos modelos culturais. Conforme o autor, as ações coletivas dos atores sociais são compreendidas dentro da teoria dos conflitos, a qual consiste em seis categorias de conflitos: os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças políticas que buscam a mudança das regras do jogo; os que defendem o *status quo* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social.

De outra parte, Alain Touraine destaca três categorias de análise que contribuem para a definição dos movimentos sociais. A identidade do movimento, que se refere à defesa de direitos ou de demandas sociais contra distintas formas de dominação; o adversário do movimento, sendo o mercado ou o próprio Estado e os modelos societários, ou seja, refere-se à utopia do ator coletivo, e o modelo de sociedade almejada.¹⁹ Segundo Touraine, o Estado não seria apenas um agente da violência e da dominação, conforme a caracterização marxista, mas tem o papel histórico da transformação, pois a ele cabem as mudanças organizacionais da sociedade. Quando contempla as demandas dos movimentos sociais, está repondo a ordem e criando as condições necessárias para a mudança através da institucionalização das novas formas de relações sociais.

Nessa perspectiva compreende-se o MST enquanto um ator coletivo que se constitui a partir do enfrentamento a modernização capitalista da agricultura promovida pelo Estado, bem como a oposição e luta contra o latifúndio, estabelecendo, nesse processo, a

¹⁹ TOURAINE, Alain. *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis/RJ: 1999.

identidade coletiva. É relevante destacar que esse movimento de gestação do MST foi mediado por setores de instituições do campo religioso.

No processo de formação do MST, os setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) tiveram um papel relevante de mediadores. Para Delma Peçanha Neves a categoria mediação refere-se à intervenção de mediadores, que objetivam conciliar o conflito existente entre os sem-terra e o contexto exterior ao acampamento e assentamento, estabelecendo acordos ou compromissos. Assim, a ação de mediação da luta pela terra contrapõe-se, geralmente, ao contexto socioeconômico em que a contestação da ordem vigente se faz necessária e as noções de direito e de cidadania devem ainda passar por um processo de internalização nos grupos antes mantidos em situações de exploração.²⁰ Os agentes de pastoral, representantes dessas instituições religiosas, atuaram no meio social na perspectiva de conscientizar os atores sociais da necessidade de se organizarem para enfrentar as contradições agrárias que se intensificaram com a modernização agrícola no período dos governos militares.

É pertinente salientar que a função de mediação das lideranças religiosas no processo de constituição do MST, em especial dos conflitos denominados acampamento Encruzilha Natalino e da Fazenda Annoni, no início da década de 1980, é legitimada pela cultura religiosa das famílias de sem-terra marcada pelo catolicismo.

Ao final da década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criadas em 1975, faziam o trabalho de conscientização política dos camponeses. Através de suas atividades procuravam capacitar o sem-terra a ser sujeito autônomo e participativo com condições de compreender a raiz estrutural da sua exclusão. As CEBs foram um espaço de pastoral que possibilitou reflexões críticas dos sem-terra, que expressou o caráter de sujeito histórico, a análise acerca da necessidade de se organizarem para conquistar a terra e o desenvolvimento de novos valores (BOFF, 1986). Portanto, as CEBs tiveram o caráter de proporcionar uma síntese popular que servia de referência para outros segmentos sociais. Nesse sentido, José Ivo Follmann ressalta a importância histórica das CEBs:

²⁰ NEVES, Delma Peçanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói - Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

Por fim, no que diz respeito ao relacionamento das Comunidades Eclesiais de Base com os Movimentos Populares, Organizações Sindicais e Políticas, a par de, em situações específicas, algumas iniciativas terem se originado também dentro das Comunidades, é sobretudo de incontestável importância a função de apoio, de “ampliação popular” e de “reforço de fé”, que estas exerceram e exercem com relação às diferentes lutas por melhores condições de vida e por uma nova ordem social.²¹

No trabalho de base, realizado com os sem-terra pelos agentes de pastoral, era chamada a atenção para dois conceitos, até então estranhos à realidade do camponês brasileiro: democracia e participação.²² Em geral, nos encontros, os sem-terra discutiam coletivamente e decidiam quais os encaminhamentos a serem tomados pelo grupo. Por outro lado, era rompida nas CEBs a lógica de dependência política do pequeno agricultor de base familiar na medida em que se exercitava, através dessas entidades mediadoras, uma tentativa de democracia direta e a ampla participação, fato que influenciou a organização dos sem-terra e resultou na entidade de representação denominada de MST.

As CEBs surgiram com maior presença e atuação no meio urbano, no espaço periférico, porém, aos poucos, foram ganhando visibilidade no meio rural; as organizações sindicais, que tinham na Igreja sua paternidade, passaram por um processo de transformação interna. Algumas lideranças foram formadas em seu interior, oposições sindicais se fizeram sentir em meados da década de 1970, grupos populares se organizaram para reivindicar cidadania social, política, e foram contemplados por políticas públicas de moradia, infraestrutura, educação, saúde e aposentadoria no meio rural.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de abrangência nacional e reconhecida pela CNBB, tendo como inspiração a experiência do Conselho Missionário Indígena e a sua existência pioneira nas primeiras ações isoladas no início da década. No Rio Grande do Sul, foi criada em 1977, no Encontro de Pastoral Rural-Urbana, realizado em Caxias do Sul. A entidade ganhou um grande corpo e foi uma das manifestações das novas diretrizes sociais e políticas da Igreja Católica no país, além de algumas de suas ações associarem-se às CEBs junto aos pequenos agricultores e sem-terra. Por meio da CPT, a Igreja Católica, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar. No início, a entidade esteve voltada às lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte; mais

²¹ FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, ideologia e classes sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 92.

²² GRYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

tarde, com a eclosão de conflitos em todo o país, tornou-se uma instituição de alcance nacional.²³

Nos conflitos pela terra, o livro do *Êxodo*,²⁴ do Antigo Testamento, passou a fazer parte do conteúdo disseminado em meio aos movimentos que se organizavam para lutar por terra. Interpretado de uma forma mais simples e popular, passou a ser suporte para os estudos e reflexões sobre a condição em que viviam os trabalhadores rurais. A CPT passou a ser importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares. Passou também a explicar para os camponeses as contradições e interesses que o rural brasileiro, em sua história, constituiu. Essa se propôs ser ecumênica, contando com a participação de pessoas ligadas a outras religiões, como a luterana e principalmente a metodista. Nos movimentos de luta pela terra na região Norte do estado essa dimensão ficou bem visível.

Ressaltamos que, historicamente, a Igreja Católica teve presença importante no processo de constituição cultural, social, política e, obviamente, religiosa no meio rural, em especial junto ao colono, agricultor familiar. Na dimensão cultural mantinha escolas confessionais católicas para os descendentes de europeus, ao passo que os caboclos só tinham acesso às escolas municipais, se é que chegavam à escola. Na verdade, o caboclo, em sua maioria, permaneceu analfabeto. Até o período de formação dos acampamentos dos sem-terra não há nenhuma informação de projetos da Igreja com algum tipo de pastoral dirigida aos caboclos, ao passo que para os descendentes de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul desenvolveu projetos de cooperativismo, sindicalismo e outros movimentos de entidades de representação. Os descendentes de europeus distanciavam-se muito dos caboclos na cultura, religião, costumes etc.

As diferenças de conceitos e interesses da propriedade da terra entre caboclos e colonos descendentes de europeus é algo histórico. Segundo Benincá, “a propriedade é um conceito que não faz sentido para o caboclo”,²⁵ pois, na verdade, ele nunca teve uma propriedade dentro da lógica capitalista e implementada no país a partir da Lei de Terras de 1850 e de suas regulamentações provinciais e estaduais. A lógica da propriedade era implementada e alimentada pelo horizonte religioso. A propriedade da terra, tão sonhada e disseminada nas velhas e mais recentes colonizações, sempre teve o aval da filosofia

²³ HOFFMANN, Leandro. *Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do movimento sem terra/RS (1985-1991)*. Tese (Doutorado) - Ufrgs, Porto Alegre, 2002.

²⁴ Livro do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada. Este livro relata a o fim da escravidão e a libertação do povo de Deus.

²⁵ BENINCÁ, Elli. *Conflito religioso e práxis. A ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e fazenda Anonni e o conflito religioso*. Dissertação (Mestrado) - PUC/SP, São Paulo, 1987, p. 43.

religiosa do clero no Brasil. Religião e propriedade privada da terra não se dissociavam, ainda que, em linhas gerais, a Igreja Católica no Brasil tenha condenado em múltiplas situações o latifúndio improdutivo.

Com relação à formação de lideranças nas comunidades rurais, é necessário frisar que na fase mais contemporânea de reivindicações para conseguir terra esse trabalho foi além das fronteiras da CPT em sua luta pela reforma agrária. Destaca-se a ação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), que teve um papel extremamente importante no que se refere à formação de lideranças no meio rural, organizando grupos de jovens nas comunidades e oferecendo uma série de cursos que procuravam despertá-los para a realidade social e política do país, bem como para habilitá-los a participarem ativamente como líderes comunitários e sindicais. A CPT vai trabalhar muito nesse sentido na segunda metade da década de 1970 e toda a de 1980.²⁶

Como orientação metodológica, a CPT pautou-se no princípio de que os próprios agricultores deveriam assumir a conquista da terra através de sua mediação sindical e organizações coletivas (como foram os acampamentos da década de 1980 e boa parte da de 1990) como sujeitos do processo, fazendo suas próprias negociações com o governo, com o Incra, e buscando na imprensa o apoio para realizar campanhas de conscientização e coleta de alimentos. Marcon enfatiza esse ordenamento metodológico dizendo que “foi importante tanto para os acampados, que foram perdendo o medo de falar, quanto para as entidades solidárias com o movimento, que passaram a ter um papel definido de apoio e respaldo nas negociações e nas mobilizações”.²⁷

A primeira atividade de grande participação popular da CPT no Rio Grande do Sul foi a comemoração do Dia do Agricultor, em julho de 1980, a qual ocupou um espaço central nas discussões e nos planejamentos dos primeiros anos de sua ação. A entidade procurou aproveitar esses momentos comemorativos, de possibilidade de aglutinação de agricultores, em espaço de reflexão sobre a situação socioeconômica deles e sobre a organização da categoria, procurando criar um espaço de mediação, uma força de interlocução, uma abertura de espaço para novas dimensões políticas junto aos ditos subalternizados no meio rural.

A ação da CPT entre os agricultores, em parte, foi possível porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lhe deu espaço político. Nas assembleias gerais da entidade

²⁶ BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ação política e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ufrgs, 1986.

²⁷ MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997. p. 73.

máxima da Igreja Católica, na década de 1980, posicionou-se claramente a respeito de dois assuntos: reforma agrária e distribuição dos solos urbanos, ou seja, estavam evidenciadas as duas grandes linhas de ação. Também surgiram os livros do frei Leonardo Boff sobre a teologia da libertação. A oficialidade da Igreja Católica produzia documentos que revelavam seu compromisso com as causas populares, com os oprimidos; tanto o campo quanto a cidade, em meio a uma certa prosperidade econômica do país, eram espaços contraditórios do próprio modelo de desenvolvimento e, portanto, produtores de exclusão social. Desse modo, o MST foi gestado a partir da conscientização política promovida pelas CEBs e por grupos da CPT. De acordo com Leonardo Boff,²⁸ a prática pastoral identificada com a teologia da libertação influenciou um novo padrão organizativo, crítico à lógica do poder centralizado e imprimiu uma nova forma de viver a fé cristã, de organizar a comunidade, com distribuição de poder e muito mais participação.

A formação do MST, a partir do diálogo com os princípios da teologia da libertação, na fase inicial, constituiu um princípio organizativo: a ampla participação do militante na estrutura do movimento. No entanto, ao institucionalizar-se, com o aumento do número de assentamentos e acampamentos, a participação dos integrantes nas esferas de poder do movimento foi restringida.

Na origem do MST, a disposição inicial para as famílias não aceitarem mais a política de colonização proposta pelo regime civil-militar, a qual consistia na transferência das famílias sem terra do sul para o centro-oeste, foi influenciada pelo trabalho pastoral. Agentes de pastoral, através das atividades de assessoria às famílias sem terra, no final da década de 1970, estabeleceram a estratégia de reivindicar terra na própria região. Essa alteração na consciência consistiu basicamente no estímulo por parte dos agentes de pastoral à construção do movimento, o qual seria a expressão autônoma da iniciativa dos sem-terra frente à modernização agrícola.²⁹

A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da acumulação, mas na perspectiva da distribuição. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a ideia do pobre e da pobreza, e não com a ideia da acumulação que é o que está presente muitas vezes nas posições dos partidos políticos de oposições, os partidos de esquerda em geral.³⁰

Essa conscientização foi essencial para o surgimento do MST, pois proporcionou o convencimento político de que o sem-terra necessitava para atuar através da identificação

²⁸ BOFF, Leonardo. *Nova evangelização – perspectiva dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1990.

²⁹ GRYBOWSKI, op. cit., p. 45.

³⁰ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

da sua história com a religião. A concepção de mundo do sem-terra, assentada na manutenção da ordem, foi desconstruída, e passou a interpretar a sua subordinação econômica e política a partir da lógica da injustiça social difundida pelos agentes de pastoral. Portanto, a perspectiva de visão imobilista tradicional relativa à acumulação foi transferida para uma nova dinâmica que mobilizou os sem-terra: a distribuição.

A Igreja Católica e a interface com a formação do MST no centro-norte do Rio Grande do Sul

Como vimos, a Igreja Católica possui um papel relevante na formação do movimento não somente através da intervenção pastoral, inspirada pela nova prática social, mas também pela cultura religiosa cristã identificada com a Igreja Católica Romana; cultura que abriu caminho para o papel de mediação exercido pelos agentes de pastoral ligados à teologia da libertação de interpretar a realidade vivida pelos sem-terra em pleno contexto de modernização da agricultura brasileira. Todavia, é pertinente ressaltar que o catolicismo característico da região do Centro-Norte do Rio Grande do Sul, onde surge inicialmente o MST, não pode ser definido como catolicismo popular, o que não inviabiliza a existência de elementos ligados à cultura popular na religiosidade da região. Dessa forma, o catolicismo desenvolvido nas regiões de colonização não se enquadra no conceito de catolicismo popular. Difere, sobretudo, na relação estreita entre os fiéis e a instituição eclesial. Para Pedro Oliveira Ribeiro,³¹ conforme análise apresentada na seção anterior, o catolicismo popular é marcado pela produção de práticas religiosas autônomas dos fiéis em relação ao clero. Logo, pode-se concluir que um dos fatores para o desenvolvimento dessas práticas é uma consequência do reduzido número de sacerdotes para atender a população.

A região Centro-Norte do estado foi ocupada, em grande parte, por processos de colonização, em geral pelo imigrante europeu.³² Junto ao processo de colonização, constituiu-se um modelo de Igreja identificada com a cultura e a experiência histórica dos imigrantes. Assim, nas colônias italianas, capelas surgiram com o objetivo de unir socialmente o imigrante em torno da fé, através de encontros dominicais, mesmo que não tivesse a presença do sacerdote.³³ Ao contrário do catolicismo popular, no catolicismo

³¹ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

³² GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado) - Ufrgs, Porto Alegre, 1983. p. 80.

³³ COSTA, Rovílio. Do religioso ao social: a Igreja nas colônias italianas. In: DREHER, Martin (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo: Edições EST, Sinodal, 1998. p. 16

desenvolvido pelos colonos há uma forte relação entre a instituição eclesial e os colonos.³⁴ O componente popular desse catolicismo está no valor atribuído ao social na vivência religiosa. As práticas religiosas devem ser compreendidas como crenças “por meio das quais a experiência concreta de um grupo humano é representada como uma experiência dotada de sentido”.³⁵ Dessa forma, na prática religiosa dos imigrantes, organizava-se em torno da fé, o social, a comunidade.³⁶

Com a ascensão econômica dos colonos, as capelas tiveram sua configuração alterada. Separaram-se os espaços: capela, escola e salão. A capela passou a ser aberta em horários de rezas e cultos e deixou de ser o centro de maior aglutinação da comunidade na medida em que se fortaleceu mais o espaço do salão como lugar de lazer, recreação e festas da comunidade.³⁷ A ligação com a ortodoxia religiosa não limitou a participação dos leigos e, de certa forma, a sua autonomia religiosa, na medida em que desenvolveu ações comunitárias e sociais no interior da sociedade formada pelos imigrantes, como, por exemplo, a criação de cooperativas.³⁸ De forma efetiva, a contribuição de representações e práticas religiosas para a formação do MST é decorrência do trabalho pastoral da Igreja institucionalizada, ou seja, o campo eclesial, e de setores de pastoral, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Analisando a origem do MST, fica claro o apoio da Igreja aos colonos. Esse apoio funda-se na “aliança” histórica da Igreja com os imigrantes europeus. Para Benincá, a ligação eclesial com os colonos é tão profunda que

[...] parece ter sentido a opinião daqueles que afirmam que a Igreja, ao se fazer presente nos acampamentos dos “sem-terra”, não o fez em atendimento ao compromisso evangélico de atender aos empobrecidos, no caso os caboclos, mas sim em função de sua relação com os colonos expropriados da terra, na condição de acampados.³⁹

Essa ligação se evidenciou na estruturação do acampamento da Encruzilhada Natalino. A prática tradicional da Igreja de organizar as famílias em pequenos grupos para desenvolver estudos bíblicos, atividades pastorais e sociais serviu como experiência à organização do acampamento. O modelo de dispor pequenos grupos de famílias por barraco foi a base da organização política do acampamento. No decorrer do processo de preparação do acampamento, assim como nas preparações do Dia do Agricultor e das

³⁴ BENINCÁ, op. cit., 1987, p. 56.

³⁵ OLIVEIRA, op. cit., 1985, p. 124.

³⁶ COSTA, op. cit., p. 164.

³⁷ Idem.

³⁸ Ibdem, p. 164.

³⁹ BENINCÁ, op. cit., 1987, p. 135.

Romarias da Terra, os grupos de estudo e discussões por famílias ocupavam um espaço central.⁴⁰ Em Encruzilhada Natalino, a estrutura organizativa tradicional da Igreja serviu como referência para a constituição do acampamento, pois fazia parte da experiência histórica do grupo. Assim, a estrutura tradicional do trabalho pastoral foi ressignificada, dando vida a um espaço que passou a comportar questões religiosas e políticas:

No acampamento, estes grupos tinham por função possibilitar que todos discutissem previamente as questões que seriam deliberadas nas assembleias gerais, ou contribuir, via coordenador do grupo, com a coordenação central. Outra função dos grupos é que estes são espaços de estudos e reflexão sobre a luta pela terra, da sociedade como um todo e de temas religiosos. A dinâmica dos grupos acaba por conjugar estas duas funções em um mesmo espaço: grupos de estudos bíblicos e grupos de base do acampamento. Esta articulação termina contribuindo para que as representações “religiosas” da luta hegemonizem o acampamento.⁴¹

A mediação eclesiástica partia do princípio de que sem a ajuda religiosa a crença e a esperança passada para essas pessoas não haveria persistência em continuar, ainda que em condições precárias, enfrentando a fome e o frio, doenças e o descaso do governo para com as suas necessidades.

A mística é um conjunto de sentimentos materializados em símbolos, utilizados em rituais que antecedem, produzem e encerram atividades da luta social. Um dos principais rituais em que o simbólico é produzido pode ser visto como um elemento importante do imaginário social, que renova as forças dos trabalhadores e a coragem para seguir na luta, a simbologia da chegada da terra prometida, da redenção obtida pelo sacrifício.

Talvez seja difícil para quem não pôde ainda presenciar um momento com este – um encontro ou seminário, numa passeata ou marcha, ou nas atividades cotidianas de alguma das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ser capaz de sentir ou compreender de imediato o sentido e efeitos disto que se denomina como mística.⁴²

Segundo Boff,⁴³ a mística é composta por um conjunto de convicções profundas, de visões grandiosas e paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos a mudanças, que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a

⁴⁰ HOFFMANN, op. cit., 2002, p. 106.

⁴¹ Idem, p. 107.

⁴² MEDEIROS, Leonilde. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

⁴³ BOFF, Leonardo.; PELOSO, Ranulfo. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST, 1998. p. 25-38.

esperança de sair de uma situação de pobreza. A mística é uma energia que transforma os sujeitos sem terra em indivíduos imbuídos do desejo de lutar sempre. Nesse sentido, a luta social que gestou o MST contou com a experiência histórica do catolicismo e facilitou o trabalho desenvolvido por padres e agentes de pastoral identificados com a teologia da libertação. A estrutura eclesial e as práticas religiosas do catolicismo tradicional se fizeram presentes no processo de formação do MST através da experiência religiosa dos colonos. Nesse sentido, constata-se a persistência de algumas práticas da Igreja tradicional, como, por exemplo, o poder centrado no clero. A Comissão Pastoral da Terra avalia a existência de uma contradição no exercício das atividades da pastoral junto ao MST; na origem do movimento: a persistência de uma prática da Igreja conservadora, ou seja, alguns padres e agentes de pastoral dirigiam os trabalhos sem partilhar a reflexão com o conjunto do grupo, estabelecendo uma relação centrada no papel do clérigo (CPT, 1986).

As práticas religiosas relacionadas à teologia da libertação se caracterizam pela sensibilidade à realidade social e por uma Igreja popular, baseada no protagonismo do povo oprimido.⁴⁴ Essas representações se fizeram centrais na formação do MST; no entanto, não se pode descartar a influência de elementos do catolicismo tradicional expressos pela experiência religiosa dos colonos e da centralidade do poder dos sacerdotes na formação do movimento, nos acampamentos da Encruzilhada Natalino e da fazenda Annoni,⁴⁵ onde a organização sofreu a influência da liderança religiosa, a qual era legitimada junto aos acampados pela cultura de respeito ao sacerdote.

Consolidação organizativa e distanciamento: novas relações entre o MST e a Igreja Católica

Na gênese do MST está o elemento religioso, ou seja, a relação da profunda cultura religiosa desses grupos sociais com a organização inicial do movimento social. Impulsionados por agentes de pastoral, religiosos, padres e irmãs, os sem-terra encontraram na Igreja um relevante instrumento de incentivo à conscientização, reflexão e organização. No entanto, uma vez consolidado o movimento, houve um distanciamento teórico e organizativo desses em relação à Igreja. A entidade, a partir do primeiro Congresso Nacional, em 1985, demarcou a ocupação como estratégia central de intervenção social, estabelecendo o movimento como agente central no processo de reforma agrária, subsumindo os demais atores, entre eles os agentes de pastoral:

⁴⁴ BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. São Paulo: Ática, 1994. p. 27-32.

⁴⁵ Sobre essas experiências históricas ver: MANÇANO, Bernardo. *A formação do MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

O I Congresso Nacional do MST definiu “Ocupar é a única solução”. Em novembro do mesmo ano, a Fazenda Annoni, no município de Pontão (RS), foi ocupada por 8.500 colonos em uma das maiores ações já realizadas no país. Os sem-terra reconhecem a luta e o movimento como seus e a palavra de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir” ganha corpo (MST, 1997, p. 5).

Grynszpan reforça a ideia de que o MST, no decorrer de sua história, torna-se independente de atores sociais que contribuíram para a sua organização:

O MST é resultado disso. Não um resultado natural, inexorável, mas fruto de uma confluência específica entre determinadas condições objetivas e o trabalho político de atores diversos. Afirmando-se no cenário político, porém, ele se foi autonomizando desses mesmos atores, ofuscando alguns deles, obrigando outros a ele se diferenciar. Na verdade, ao mesmo tempo que resulta de uma dada configuração, o MST é também a sua causa, na medida em que, pela sua existência, abre aos trabalhadores, como um dos futuros possíveis, aquilo pelo que irão lutar: o acesso à terra.⁴⁶

Pode-se considerar que, até o final de 1986, a hegemonia política do movimento no estado do Rio Grande do Sul era constituída por agentes da CPT. A orientação política característica desse período possuía pouca objetividade nas formas de encaminhar as demandas, e em virtude de centrar-se na publicização, num contexto de repressão policial ao acampamento da fazenda Annoni, determinou a reorganização desse acampamento e do conjunto do movimento. Assim, a direção do acampamento é alterada, passa do “monopólio” dos agentes de pastoral para as mãos das lideranças dos sem terra.

No centro das divergências entre as lideranças religiosas e as lideranças representativas dos sem-terra estava a questão metodológica. O desacordo a respeito da forma de organizar a base social e de estabelecer as decisões constituíram a divisão do movimento, opondo o trabalho desenvolvido por agentes de pastoral e lideranças camponesas. Ou seja, as lideranças religiosas, coordenadas pelo padre Arnildo Fritzen, defendiam que as decisões deveriam ser produzidas a partir do diálogo com o coletivo do acampamento, contrapondo-se a ideia de que os encaminhamentos políticos do grupo deveriam ser de responsabilidade das lideranças de sem-terra.

Assim, o que se evidencia nesse conflito é a concepção de movimento de massa, na qual as decisões da organização eram estabelecidas pelo conjunto dos integrantes do

⁴⁶ GRYSZPAN, Mário. *A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil república: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 344.

movimento, defendida pelos agentes religiosos, e a concepção de movimento de quadros,⁴⁷ reivindicada pelas lideranças camponesas. No desenrolar do enfrentamento, os sem-terra argumentavam acerca do direito à autonomia política do movimento.

Com a estruturação do movimento e, em especial, após a reorganização política ocorrida em 1987, percebe-se uma orientação política na intervenção social do MST na perspectiva da construção de uma “nova” sociedade. Na luta cotidiana do movimento, no processo de concepção das estratégias mais adequadas ao movimento para atingir a reforma agrária, a mística religiosa perde “importância”. Nessa perspectiva, padre Arnildo avalia a diminuição da influência da Igreja no estabelecimento do MST:

Na medida também que as lideranças vão avançando e o que era uma teoria formando uma ideologia de luta, é esse aspecto da mística que era negado, foi colocado como que um elemento desnecessário, porque dentro de uma ideologia mais radical, a questão é reduzida à luta política, à mística política enfim, e o que vai resolver mesmo os problemas é a luta política, é exatamente esse projeto que foi se tornando, afinal, também mais uma luta, mais tipo centro-americana, militarizada ou com as estratégias militares, foi-se tornando mais grosseira, mais violenta evidentemente, e o aspecto humano, as pessoas, a partir de então, não são mais valorizadas.⁴⁸

O conflito político entre os dois grupos no interior do movimento, no processo de gestação, desembocou na nova orientação política do MST. Para Leandro Hoffmann, essa nova orientação consistia na adoção de uma estratégia de ação mais contundente, identificada com representações político-classistas.⁴⁹ Observa-se que a estratégia de dar publicidade à luta pela reforma agrária, para, através da pressão da opinião pública, pressionar o Estado a negociar com o movimento, dá lugar ao desencadeamento de atividades que pressionassem o Estado diretamente, através de ocupações, marchas, jejuns, não dependendo, assim, da sensibilidade à opinião pública.

O acampamento da fazenda Annoni, em sua fase já avançada, acabou por redefinir o papel do campo eclesial desse processo de luta. Não temos dúvidas de que alguns fatores contribuíram para isso, dentre os quais a “consolidação do MST enquanto ator político, o momento político nacional e novas formas de análise da sociedade”,⁵⁰ mostrando que a luta pela terra tomava um rumo diferente e passava a contemplar o

⁴⁷ A questão do “movimento de quadros” refere-se às concepções leninistas, as quais expressam a ideia da organização de uma vanguarda preparado politicamente para liderar o proletariado no processo revolucionário. LÊNIN, Vladimir. *O que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978.

⁴⁸ apud. HOFFMANN, 2002, p. 163.

⁴⁹ HOFFMANN, op. cit., 2002, p. 165.

⁵⁰ Idem, p. 168.

aspecto político, deixando de lado a simbologia do teológico, do campo bíblico. Assim, o MST passou a ter o seu próprio programa de formação política, no qual secundariza os agentes religiosos, fazendo reuniões e tomando decisões sem esses e sem outros colaboradores da causa, ou seja, tornou-se mais independente. Não houve um processo de escanteamento da Igreja Católica e de outras presentes no interior do acampamento, apenas as decisões e as significações da ritualidade não a tinham mais como agente especial de mediação. Houve, sim, tentativas de racionalizar as estratégias e aglutinar as lutas sociais numa perspectiva mais ampla, envolvendo uma série de outros movimentos sociais presentes na conjuntura brasileira e que ganharam o apoio dos sem-terra e vice-versa, ou seja, a luta social começou a ter um processo em rede, em sinergia entre os movimentos, fato que transcendia a mediação e a ritualidade do campo religioso; a esfera política e, em especial, a partidária ganha força no interior dos movimentos sociais. É relevante destacar que a nova orientação do movimento significou o “distanciamento” entre o MST e a Igreja Católica. A influência de valores teológicos e pastorais, relacionados às experiências históricas dos sem-terra ou provocados pelos trabalhos dos agentes de pastoral, é limitada pela estruturação do movimento, que o pressiona na perspectiva de reivindicar a sua autonomia frente aos agentes de pastoral, e pela prevalência da concepção de movimento de quadros, a qual agrega a ideia de luta de classes e de direção centralizada.

No entanto, esse distanciamento não expressou uma ruptura. Em 1987, a 8ª Assembleia Estadual da CPT determinou a reestruturação da pastoral frente à nova orientação do movimento. Assim, desencadeou-se uma disputa interna na pastoral em torno da estratégia mais adequada ao novo contexto. Diante do cenário marcado pela autonomia do movimento e a hegemonia dos quadros dirigentes populares, o debate na assembleia baseou-se na problematização do papel dos mediadores na luta social. Avaliando a mudança ocorrida na pastoral, o padre Arnildo Fritzen destaca que a partir da autonomia do MST, as estratégias de atuação da CPT junto ao movimento são alteradas. De outra parte, o frei Sérgio Görden reconhece a existência da crise de relacionamento entre o movimento e a Igreja Católica, enfatizando que o crescimento do MST e a sua autonomia postulada afastaram o movimento da Igreja. No entanto, também critica a Igreja por ter dificuldade para assimilar a nova situação histórica do movimento (MST, 1987).

Analisando o processo de estabelecimento da nova orientação do MST, centrado na reivindicação da autonomia política e na adoção do caráter de movimento de quadros e na

“adaptação” dos mediadores a essa nova realidade, percebe-se que não houve uma ruptura da Igreja com o movimento, mas o seu afastamento, ou melhor, o seu distanciamento do campo de influência do movimento, mesmo que essa, a Igreja, tenha mantido o seu apoio ao MST na luta pela reforma agrária. O ideário do MST, ao valorizar a questão da autonomia política, uma herança da Igreja, estabelece, com a instituição e com outras instituições ligadas a essa, uma relação de distanciamento relativa à reflexão e à construção da leitura da realidade. Para Zander Navarro, a chave da “separação” da Igreja e do MST reside na centralização das decisões num grupo da direção em detrimento do conjunto do movimento:

Constituindo-se e inspirado, como os outros, pelas metodologias de organização do “povo” que a Igreja progressista estimulava, no início o MST realizava com maior frequência consultas às suas “bases”, com uma prática assídua de reuniões e discussões sistemáticas. Com o tempo, empolgado, talvez, com o rápido crescimento do movimento e a necessidade de processos de tomada de decisões mais rápidos, aos poucos o MST centralizou suas decisões – em especial, depois de 1987/88 – tornando-se menos democrático e aberto à participação de seus aderentes. O resultado da adesão do MST à prática do centralismo democrático significou, contudo, o seu crescente isolamento dos outros movimentos sociais, no campo e na cidade, articulações que haviam sido penosamente construídas nos primeiros anos de história do MST.⁵¹

Para Ivo Poletto, ao longo do tempo, o MST constituiu sua autonomia, delineou suas estratégias, objetivos e formas de organização. Esse processo desencadeou tensões e dificuldades entre a CPT e o MST, obrigando a redefinição da atuação da Pastoral junto ao Movimento. Contudo é pertinente destacar que esses atores sociais continuam intervindo na questão agrária brasileira, somando forças e respeitando-se enquanto sujeitos distintos.⁵² Dessa forma, o “distanciamento” dos setores das instituições religiosas do MST decorre da contradição presente no processo de mediação. A concepção baseada na teologia da libertação visava constituir a conscientização e autonomia política dos sem-terra frente ao Estado e a realidade social vivida. Sendo resultante desse processo a constituição do MST enquanto sujeito autônomo, inclusive da Igreja.

⁵¹ NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996. p. 91.

⁵² POLETTO, Ivo. *A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária*. In: CARTER, M (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed UNESP, 2010. p. 153.

A libertação do “Povo de Deus” da alienação espiritual e socioeconômica depende da ação dos pobres. Logo, povo de Deus é compreendido pela teologia da libertação como o povo que sofre, aquele que no meio social é fustigado pela política, pela economia e socialmente como o povo de Moisés, que foi aprisionado no Egito. Essa salvação não pode ser delegada a alguém; carece da conscientização e da caminhada coletiva do grupo: os “oprimidos”. Dessa forma, a construção histórica não é delegada ao Estado, a políticos, a intelectuais, mas à capacidade de organização das camadas subalternas, principalmente do meio rural.

Considerações finais

A década de 1970 foi marcada pelo enfrentamento ao regime e se tornou rica em experiências de quadros pastorais. Foi um cenário de autocompreensão da Igreja, ainda que se ressalve sua não consensualidade. Há, porém, uma maior expressão de uma tendência pastoral e eclesial para o enfrentamento, senão estrutural, pelo menos conjuntural das injustiças sociais, de uma evangelização com e “a partir do povo”,⁵³ ou seja, uma Igreja mais inserida nos movimentos populares com as chamadas “pastorais sociais”.

Durante a segunda metade dos anos 70 se explicita com mais veemência a noção de cultura e religiosidade popular. As ideias e noções de atraso e moderno começaram a ser relativizadas; a dimensão do “popular” ganha força na luta social, tanto na periferia urbana quanto no meio rural. Os anos 70 foram de uma tentativa de redefinição da Igreja Católica no Brasil, de consolidação de uma mudança e uma aproximação evangélica e pastoral para com os pobres, as ditas “bases” da população brasileira. A instituição viveu situações em que alguns de seus membros foram perseguidos, tensões e conflitos internos foram constantes, pastorais sociais foram implementadas, testemunhando a promoção humana e a luta pela justiça social.

Vimos que o MST resulta de um contexto e de uma construção social mediada por atores sociais representativos da teologia da libertação. O arcabouço teórico do movimento é delimitado originariamente a partir da influência do trabalho pastoral e do ideário da teologia da libertação. No entanto, esse encontro não foi refratário às contradições. Os conceitos centrais da teologia da libertação: autonomia, transformação social, protagonismo histórico, contribuíram para o processo de distanciamento do movimento do

⁵³ COUTO, Luiz Faustino. *A gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.

campo de influência da Igreja. O trabalho da Igreja junto ao movimento, na sua origem, foi coerente com a doutrina social da Igreja e inspirado na prática da teologia da libertação. Exaltava a população degradada pela expansão e aceleração do modelo de desenvolvimento baseado na internacionalização desmedida do capital a organizar-se para estabelecer um outro modelo de desenvolvimento mais justo. Nesse processo de construção, era relevante que os oprimidos assumissem a sua autonomia política e intelectual, ou seja, entendessem a realidade que lhes cercava em todas as suas dimensões; mais precisamente, as causas e os mecanismos de manutenção da exclusão econômica, social e política da população latino-americana. Tão importante quanto intervir socialmente era ter clareza e condições de pensar a práxis sem necessitar de tutela cognitiva exterior.

A transformação social era compreendida como o processo de mudança daquela sociedade, impregnada de contradições socioeconômicas em decorrência do modelo econômico. A sociedade vislumbrada pelos agentes de pastoral – a denominada “Terra Sem Males” – é a antítese da sociedade capitalista. Em suma, é marcada pelo trabalho cooperativo, pela valorização do ser humano acima do material, pela existência de democracia política e econômica capaz de produzir a equidade social e pelo modelo econômico orientado para as necessidades e os interesses dos seres humanos, e não da reprodução do capital.

No entanto, por mais que esse ideário dialogasse com as concepções do MST, após sua estruturação, a partir de 1986, surge a oposição das ideias relativas à estratégia de atuação do movimento. A metodologia de trabalho de investir em ações coletivas efetivas, caracterizadas pela ampla participação dos atores em todas as instâncias de direção, empregada pela Igreja progressista, depara-se com a nova orientação do MST de estabelecer uma centralização nas decisões do movimento.

Vimos que a luta pela terra se tornou mais política, modificando as suas representações. A CPT mudou seu discurso e modo de apoiar a causa, posicionando-se no sentido de dar apoio às decisões dos sem-terra, mas sem tomar a iniciativa de promovê-las. Estava claro que a Igreja Católica, aos poucos, foi afastada das decisões, mas não da causa, pois seu apoio era fundamental para que os colonos sem terra pudessem continuar buscando o seu objetivo. Mesmo com menor presença direta nas decisões da direção do movimento, a Igreja não deixou de ajudar e dar apoio aos que lutavam pelo seu direito de trabalhar e cultivar a terra. No final da década de 1980, o ambiente político geral era, em

boa parte, outro. O regime militar já cessara em 1985 e muitos dos movimentos sociais populares surgidos naquele período tinham amadurecido e se reciclado de acordo com as novas demandas. Enquanto na década de 1980 a maioria dos movimentos sociais populares tinha bases mais fortes no meio rural, a partir de 1990 se fortaleceram os movimentos sociais populares eminentemente urbanos e com ideologia mais política.

Recebido em 10 de janeiro de 2020

Aceito em 02 de junho de 2020